



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA**

ANA PAULA DA C. AMORIM PEDROSA

**Interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o
desenvolvimento local: o caso Recife**

**Campina Grande-PB
2012**

ANA PAULA DA C. AMORIM PEDROSA

Interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento local: o caso Recife

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Especialização em Gestão da Organização Pública da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves

CAMPINA GRANDE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

P372i Pedrosa, Ana Paula da Conceição Amorim.
Interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento local [manuscrito]: O caso Recife / Ana Paula da Conceição Amorim. – 2012. 66f.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Organização Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, Secretaria de Educação a Distância - SEAD, 2012.
“Orientação: Prof^a.Dra. Alicia Ferreira Gonçalves”.

1. Gestão Pública. 2. Economia Solidária. 3. Desenvolvimento Local. I. Título.

21. ed. CDD 354

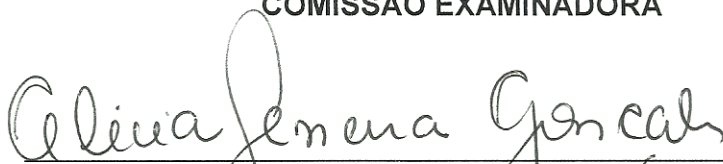
ANA PAULA DA C. AMORIM PEDROSA

**Interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento
local: o caso Recife**

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão da
Organização Pública da Universidade
Estadual da Paraíba como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública.

Aprovado em 14 de Junho de 2012.

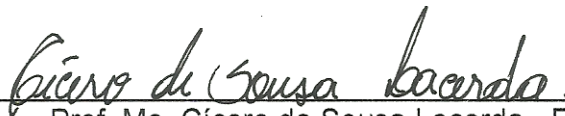
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a Alicia Ferreira Gonçalves - Orientadora
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Me. Luiz Antônio Coêlho da Silva - Examinador
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Me. Cícero de Sousa Lacerda - Examinador
Governo do Estado da Paraíba (GOV-PB)

AGRADECIMENTOS

Deus. Seu poder infinito me proporcionou a Vida. Sua bondade sem par se traduz em dádivas, ao longo da minha existência. Seu amor de Pai me acolhe e mantém de pé. Sua mão segue adiante dos meus olhos, livrando-me dos perigos e indicando o caminho certo.

As duas mulheres da minha vida, minha mãe: Luzinete e minha segunda mãe e tia: Josefa.

A minha saudosa avó, Severina Maria (in memorian), que de onde estiver, reparto com ela a alegria de mais uma conquista.

A Emanuelli, Silvia, Alênicon, Márcia, Gisele, Vanessa, Dani, Eliana, Simone, amigos que apesar da distância, sempre estiveram aqui bem perto do meu coração.

Professora Alicia Gonçalves pelo comprometimento e seriedade com que conduziu a orientação deste trabalho, pela serenidade nos aconselhamento nos momentos de dúvidas.

Aos Professores Luiz Antônio e Cícero Lacerda por participarem de minha banca examinadora e tanto contribuírem para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos demais professores da Especialização pelas contribuições na construção de conhecimentos que levarei para a vida.

A todos os componentes e diretores da Diretoria de economia solidária da Prefeitura do Recife pela disposição em responder aos questionários e contribuir para a pesquisa.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal desvelar as interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento local. E em específico, realizar uma revisão bibliográfica dos temas abordados, bem como refletir sobre os limites e possibilidade da gestão pública para a economia solidária e o desenvolvimento local na cidade do Recife-PE. A metodologia utilizada na pesquisa foi a pesquisa de abordagem qualitativa em um estudo de caso, realizado com gestores da Diretoria de economia solidária da Prefeitura Municipal do Recife, que por sua vez, fazem parte da Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Nesse sentido, os dados pesquisados parecem indicar que na prefeitura do Recife inexistem ações das quais possamos chamar de políticas de economia solidária, mas, ações pontuais e fragmentadas. Ou seja, as brechas encontradas na gestão pública refletem o imaginário de grande parcela do país sobre a economia solidária, como sendo, artifício de caridade e assistencialismo. Embora, só muito recente sua imagem foi relacionada ao desenvolvimento local. Uma consequência perceptível deste cenário é que ainda são muito poucos e ineficientes os investimentos do Estado nessa área.

Palavras-chave: Gestão Pública. Economia Solidária. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The present paper aims to unveil the main interfaces between the public administration, the social economy and local development. And in specific, a bibliographic review of the issues addressed, as well as reflect on the limits and possibilities of public management to the social economy and local development in the city of Recife-PE. In this sense, the research data seem to indicate that the municipality of Recife there are no actions which we can call political solidarity economy, but isolated and fragmented. That is, the gaps found in public administration in the country reflect the imagination of the social economy, as being artifice of charity and assistance. Although only very recently his image was related to local development. A noticeable consequence of this scenario is that they are still very few and inefficient state investment in this area.

Keywords: Public Management. Solidarity Economy. Local Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	13
1.1 Os sentidos da economia solidária no Brasil	19
1.2 Paul Singer "A economia solidária como modo de produção"	20
1.3 A Cáritas "Caridade libertadora"	22
1.4 Luis Inácio Gaiger "Eficiência sistêmica"	23
1.5 O campo da economia solidária no Brasil.....	25
1.5.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária	27
2 GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
2.1 Polissemia dos significados de desenvolvimento	35
2.2 Augusto de Franco "Por que precisamos de um desenvolvimento local, integrado e sustentável.	36
2.3 Chico de Oliveira "Que quer dizer desenvolvimento local?.....	38
2.4 Amartya Sen "Desenvolvimento como expansão das liberdades de que desfutamos"	40
2.5 O lócus da pesquisa: Recife	42
3 RECIFE E O APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO: ESTUDO DE CASO DO RECIFE	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é realizar uma incursão sobre o tema da gestão pública para a economia solidária e o desenvolvimento local. Ademais, o trabalho: “Interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento local: O caso de Recife se enquadra dentro das temáticas da pesquisa em Gestão Pública, ou seja, encontra-se dentro dos temas abordados no Programa de Especialização em Gestão Pública e se conecta com as perspectivas contemporâneas das pesquisas científicas que procuram refletir sobre a singularidade da constante avaliação e monitoramento da ação pública com vistas ao desenvolvimento das populações rurais e urbanas do país expostas a exclusão social.

Por isso, elucida-se a importância para a academia das pesquisas sobre esse novo tipo de ação governamental que deve possuir contornos emancipatórios e as singulares contribuições desses estudos que tem por objetivo amadurecer e aperfeiçoar as iniciativas públicas de apoio à economia solidária que necessitam da elaboração de estratégias solidárias e da participação de pessoas dispostas a tornar o desenvolvimento local uma alternativa possível a todos.

As propostas de ação pública de fomento às organizações de economia solidária devem ser baseadas a partir de uma percepção mais extensa de políticas de geração de trabalho e renda, que não se restringem ao reducionismo econômico e que consideram as outras dimensões do desenvolvimento: social, humano, ambiental. É nesse momento durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff que o grande desafio do movimento da economia solidária é fortalecer e regularizar essas e outras propostas junto aos gestores públicos. Pois, de um lado, temos os economistas que anunciam o pleno emprego e do outro a seca que assola o Nordeste, ambas as situações demonstram a necessidade da promoção das políticas de economia solidária com vistas a superação dessas situações.

Diante desse cenário, a Economia Solidária vem se instituindo em temática de análise de pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista o seu ressurgimento na agenda de debates nas duas últimas décadas como demonstração da ação coletiva de movimentos sociais, sociedade civil organizada e de intelectuais militantes na busca por alternativas de desenvolvimento que gerem impactos significativos no tecido social.

E segundo Praxedes assinala:

Compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento implica concebê-la com apetrechos e ferramentas constituídos como direitos inesgotáveis dos trabalhadores e obrigação do Estado. Nessa perspectiva, ela exprime o ressurgimento de novos direitos de cidadania, produção, reprodução e distribuição igualitária, proporcionando o ingresso de todos os benefícios aos recursos públicos. (PRAXEDES, 2009, p. 57)

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo principal desvelar as interfaces entre a gestão pública, a economia solidária e o desenvolvimento local. E como objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica dos temas abordados, bem como refletir sobre os limites e possibilidade dessa gestão pública para a economia solidária e o desenvolvimento local na cidade do Recife – Pernambuco.

Por conseguinte, a problemática que deu origem à proposta da pesquisa surgiu a partir da experiência de militância no movimento, onde diversas reflexões foram levantadas entre militantes, assessorias e gestores públicos em diversas plenárias e fóruns de economia solidária ocorridas na cidade do Recife. E ainda, é fruto de diversos trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora sobre a temática das Políticas de Economia Solidária iniciadas na especialização em Economia Solidária na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Nesse caso, nos deparamos com a seguinte problemática: Qual a contribuição da gestão pública desenvolvida pela prefeitura do Recife para o campo da economia solidária e do desenvolvimento local?

ENFOQUE METODOLÓGICO

A metodologia utilizada na pesquisa foi a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa em um estudo de caso, realizado com gestores da Diretoria de economia solidária da Prefeitura Municipal do Recife, que por sua vez, fazem parte da Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Por ora, no processo de investigação, empregamos entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados. Para atingir os objetivos propostos as entrevistas foram realizadas com membros da gestão pública municipal representados através do diretor, do gerente e da técnica, os três estão lotados na

Diretoria de economia solidária. Em relação à amostra intencional foi composta 100% dos gestores da Prefeitura do Recife ligados a área em questão.

O processo de pesquisa conflui através do desenvolvimento teórico nos dois primeiros capítulos do trabalho. Ou seja, na parte teórica discutiram-se os conceitos de Economia Solidária e Desenvolvimento Local. Para o aprofundamento da discussão do primeiro tema nos utilizamos das percepções de: Paul Singer, Gaiger, Cáritas. Em relação à segunda temática abordada temos: Augusto de Franco, Chico de Oliveira e Amartya Sen. Também usamos França Filho, Laville, Alzira Medeiros, Cattani, Pedro Hespanha, Rosangela Barbosa, Ângela Schwengber para as discussões sobre ação governamental e economia solidária. Também, nos servimos das propostas metodológicas de Yin, Haguette, Carlos Gil, Godoy e Lavile.

Em seguida, dando continuidade ao trabalho, o desenvolvimento empírico foi construído no segundo capítulo, situando o objeto de análise e, por conseguinte, finalizando com o desenvolvimento instrumental da pesquisa. Onde, categoriza-se, operacionaliza-se e verifica-se o objeto de investigação.

Em suma, para a análise dos dados foram construídos os indicadores das três principais variáveis do trabalho, sejam eles: desenvolvimento socioeconômico e estrutura da ação governamental.

Dessa maneira, a escolha pelo enfoque metodológico através do método qualitativo e estudo de caso, se justifica pela possível compreensão dos artifícios da ação governamental para a economia solidária e o desenvolvimento articulados pela Prefeitura do Recife. Pois, dois anos antes da criação da Senaes a prefeitura do Recife por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico instituiu a Diretoria de Economia Solidária da cidade e articulou um conjunto de ações integradas para desenvolver ações de economia solidária. Nesse sentido, o estudo de caso é emblemático.

Outrossim, em relação ao método científico do estudo de caso proposto na pesquisa, (GODOY, 1995, p. 25) explica que “ele visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito de ou de uma situação particular”. O objeto escolhido deve ser representativo do enigma ou fenômeno a se analisar. Ou seja, ele é a análise profunda de uma unidade de estudo.

Ainda, conforme Yin (2001), o estudo de caso é marcado pela profundidade com que o assunto é tratado, caracterizando-se, nas ciências sociais, como uma

metodologia que pode se dedicar à coleta de informações e se enquadra na perspectiva de uma metodologia qualitativa.

1 ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Para entender-se o percurso da Economia Solidária faz-se necessário uma incursão sobre o panorama histórico da trajetória de seu ressurgimento, como forma de construir o arquétipo socioeconômico de desenvolvimento de suas ações e possíveis motivações. Dessa forma, partimos da confluência da luta dos trabalhadores frente à crise e ao desemprego estrutural, oportunidade onde vão nascer às ações de Economia Solidária.

No Brasil, o ressurgimento dessas iniciativas teve início a partir dos anos de 1980 e 1990, anos marcados por inúmeras transformações, das quais: crises financeiras, abertura dos mercados com o advento da Política Neoliberal traduzida em hiperinflação, aumento da dívida externa, estagnação da renda per capita e a conseqüente desestruturação do mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, podemos considerar algumas características socioeconômicas vivenciadas no tecido social e que colaboraram para o desenvolvimento da Economia Solidária no país. Como Antônio Cruz nos explica:

A economia solidária, como fenômeno emergente da economia e da sociedade dos países do Cone Sul na virada do século XX ao XXI, é um fenômeno ainda embrionário, originado da síntese entre os condicionamentos do mercado de trabalho, de um lado, e de um tipo específico de ação alternativa a esta conjuntura. (CRUZ, 2006 p. 02)

Na ocasião descrita, o país sofria os impactos do estancamento do ciclo de industrialização, adentrando, dessa forma, em um longo período de estagnação econômica. O impacto desse evento colaborou com a supressão de inúmeros postos de trabalho com carteira assinada e contribuiu para o acréscimo das experiências de trabalho sem carteira assinada. Ou seja, cooperou com o aumento das ocupações precárias, colaborando com o acréscimo das atividades de sobrevivência desenvolvidas na maioria das vezes pelas camadas populares.

Assim, os postos de trabalho precários eram ocupados, na maioria das vezes, por imigrantes, analfabetos e cidadãos com baixa ou nenhuma qualificação profissional e dessa forma, esses trabalhadores eram submetidos a diversas formas de exploração, entre elas: trabalho escravo e inúmeras práticas discriminatórias. Em suma, um cenário conturbado que produziu reflexos dramáticos na vida dos

trabalhadores e de suas famílias. Todavia, é nesse momento que esforços coletivos foram se acumulando com vistas a superação da situação de empobrecimento da população.

Assim, o panorama da situação confluía com a diminuição de inúmeros postos de trabalho, e a conseqüente precarização de outros milhares. A conjuntura resultante desse panorama foi a de uma elevada taxa de desemprego. Conforme (POCHMAM, 2004, p. 25) “ao longo desse período, notou-se que de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal”. (..)

Na área social, o decréscimo no número de empregos acarretou na perda substancial dos direitos sociais e resultou na privação de condições materiais aprofundando a situação de exclusão social. Exclusão social interpretada em sentido ampliado, enquanto falta de acesso a alimentos, acesso a bens e serviços, educação, saúde.

Conforme Pochmam (2004), esses acontecimentos colaboraram para que esta ocasião ficasse conhecida como um período de alterações estruturais e conjunturais. Assim, a crise ocasionada pelas mudanças já mencionadas, proporcionou o surgimento de diversas iniciativas de organização do trabalho, possibilitando avanços importantes no âmbito da Economia Solidária.

No ápice dessas transformações milhares de trabalhadores buscaram alternativas para a superação da exclusão social. Eles se viram à margem do mercado de trabalho e, por isso, foram buscar alternativas de superação a exclusão social a partir de atividades associativas e cooperativas.

Para Singer (1998):

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e, sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a Economia Solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva. (SINGER, 1998, p. 24)

No mais, convém ressaltar que essas iniciativas foram construindo um leque de ações diversificadas e, por conseguinte, impactos, limites e possibilidades no mundo do trabalho. Ou seja, a Economia Solidária não se configura enquanto

criação teórica de seus fundadores. Ela existe na prática e no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras no país.

É válido salientar conforme (Pochman 2004):

O avanço inicial da Economia Solidária deve-se a junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão de obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais e críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida. (POCHMANN, 2004, p. 24)

Uma das conseqüências desse cenário foi o ressurgimento do interesse empírico e prático sobre o tema da economia solidária, dado que, os impactos gerados pela reestruturação do capitalismo foram permissivos e indicavam as drásticas conseqüências das políticas neoliberais. Assim, em inúmeros países a solução encontrada pelos trabalhadores para superar a situação foi criar, através do regime coletivo, cooperativas e associações e outras experiências pautadas na gestão coletiva e na solidariedade. Esta solução não é exclusiva, porém, é uma resposta produzida pelos trabalhadores em parceria com a sociedade, os movimentos sociais e militantes.

Entretanto, faz-se necessário salientar que não se trata de um movimento esporádico que emerge em momentos de crises econômicas, mas, de uma alternativa constante, visto que, as demandas socioeconômicas da população dificilmente são solucionadas pelo Estado por completo. Nessa conjuntura, as ações coletivas são iniciativas engendradas pela população e pelos trabalhadores para a promoção de atividades socioeconômicas pautadas através de princípios antagônicos aos do capitalismo. Trata-se, pois, de uma re-inserção no mercado de trabalho possível através de uma atividade produtiva baseada na gestão social, cooperativismo e associativismo com vistas à transformação social através da redistribuição igualitária dos bens. Trata-se de artifícios efetivos no combate a pobreza econômica e política.

Incrustada nessa abordagem está à perspectiva da economia solidária enquanto alternativa de desenvolvimento. Para Benini (2003) encontramos as questões centrais desse debate.

Em contraposição, ao se situar a economia solidária como alternativa simultânea de desenvolvimento ou ao desenvolvimento, alternativa dentro da idéia tradicional de desenvolvimento ou contra esta mesma idéia, ou ainda, como 'um projeto de um modo desenvolvimento implica outra concepção da Economia Solidária e outras estratégias e práticas. . (BENINI, 2003, p. 16)

Através desse ponto de vista a economia solidária pode contribuir para o desenvolvimento, na medida em que, suas ações possuem resultados que vão além da geração de trabalho e renda. Trata-se de uma efetiva mudança, materializada através do protagonismo social com vistas à cidadania emancipatória. O desafio é, então, potencializar essas ações, proporcionando condições de sustentabilidade e reconhecimento da importância de suas propostas que permitem a confluência de práticas que estimulam a organização coletiva, o cooperativismo, participação, entre outros.

Ao estimular os trabalhadores a participarem da luta por melhores condições de vida as ações de economia solidária colaboram para o empoderamento desses cidadãos. Ou seja, elas engendram situações de reciprocidade através do engajamento mútuo dos envolvidos.

Entendemos que nesse processo de construção e/ou desenvolvimento de capacidades a participação social torna-se elemento chave da temática discutida e pode desembocar no processo de empoderamento por intermédio da co-responsabilidade e do engajamento dos trabalhadores para resolver as demandas das comunidades onde residem.

Portanto, a participação no movimento da economia solidária é indispensável para a promoção das ações de luta contra as privações ocasionadas na maioria das vezes pelo sistema produtivo. De tal modo, que a participação do contexto da economia solidária toma dimensões peculiares, porque requer trabalhadores ativos, protagonistas de ações e decisões que visam à conquista da cidadania. O professor Gaiger (2008, p. 32) salienta mais sobre esse assunto:

Medidas efetivas para romper a lógica reiterada das desigualdades implicam conhecer e promover o protagonismo dos pobres. Em primeiro

lugar, para que seja sujeitos econômicos, minimamente capazes de reter para si a riqueza que produz e de incrementá-la paulatinamente, a partir dos ativos materiais, intelectuais e relacionais que possuem e da exploração da sua capacidade de trabalho. Em segundo lugar, para que esse empreendedorismo reverta igualmente em capital social e em recursos de poder, necessários à defesa de seus interesses, contrários àqueles a quem interessa, na outra ponta, preservar sua posição através da perpetuação das desigualdades. As experiências de economia solidária sinalizam traços desse protagonismo. (GAIGER, 2008, p. 32)

É através do protagonismo baseado na participação social que se constrói e se alicerça as bases para a arquitetura de uma cidadania emancipatória. Ou seja, nessa situação específica a dimensão política possui tamanha singularidade, no que diz respeito, à edificação de consciência social baseada nas lutas e conquistas populares.

A economia solidária enquanto fenômeno político e participativo é chamada por alguns autores como (DUBEUX, 2006) e (FRANÇA FILHO, 2006) de economia popular solidária, pois, eles entendem que se trata de um contínuo de ações pautadas em um projeto político econômico, que compõem embriões de cidadania ao passo que despertam os agentes internos para desempenhar direitos e deveres durante o exercício de mobilização no cotidiano de lutas sociais.

Para fins de esclarecimentos, nesse espaço, enunciamos as principais similitudes, relações e diferenças entre os dois conceitos; economia solidária e economia popular solidária. Entendemos ser necessária a elucidação dos dois conceitos, pois, se trata de um campo teórico em construção, por isso, passível de diversas interpretações. Por ora, França Filho (2006) oferece o potencial analítico para explicar as nuances entre os dois conceitos.

A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuado coletivamente por grupos populares. Tais grupos se estruturam de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade, tecidas no cotidiano de suas formas de vida e nos próprios laços comunitários, os fundamentos para tais práticas. Esta economia popular permite a geração de trabalho para aqueles que estão às margens dos circuitos formais da economia, constitui principalmente pelas esferas do Estado e do mercado. Entretanto, os níveis de renda que se obtém são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos implicados em tais projetos. O desafio desta economia popular consiste, então, em ultrapassar o plano da “reprodução simples” das condições de vida, na direção da “reprodução ampliada”. O que ocorre quando as atividades empreendidas impactam as próprias condições de vida das pessoas, isto é, em seu plano sócio-territorial maior, como a melhoria da infra-estrutura urbana, por exemplo. (FRANÇA FILHO, 2006, p. 58)

Em resumo, o grande desafio da economia solidária é encontrar formas de sustentabilidade dos empreendimentos para que gerem impactos significativos sobre a dimensão socioeconômica dos agentes sociais alicerçadas através de ações fundamentadas na solidariedade, autogestão, cooperação e ou associativismo. Nesse contexto, o princípio da solidariedade emerge como base de sustentação para um novo modelo de sociedade. Nesse espectro, o adjetivo solidariedade se traduz como poder como descrito por Demo (2002). Por conseguinte, (LAVILLE E FRANÇA FILHO, 2002, p. 13) explicam sobre as principais transformações ocorridas durante a re-significação do termo solidariedade e os impactos de sua utilização nas ações da economia solidária. “Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, simultaneamente, as formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado”.

No que concerne ao princípio da cooperação é interessante chamar a atenção para que a economia solidária concorra com diversos tipos de cooperativas. Dentre elas, inúmeras que perderam o caráter autogestionário e passaram a ser geridas através de uma figura central, ou seja, um dono. Aliados a esses fatos a coexistência com o excesso de burocracia acarreta uma descaracterização do modelo de cooperativismo típico da economia solidária.

Sobre o princípio da autogestão ele diz respeito à forma específica de gestão onde os trabalhadores se organizam e gerem de forma coletiva os empreendimentos e associações, como destaca Melo Neto:

A organização econômica solidária está pautada na gestão coletiva exercida pelos trabalhadores, atingindo o controle e a administração do capital. Convém salientar ainda os princípios da repartição equitativa dos resultados e a própria valorização do trabalho. (MELO NETO, 2005, p. 01)

Por fim, destacamos a variedade das iniciativas de economia solidária onde coexistem cooperativas de trabalho, consumo, fábricas recuperadas pelos trabalhadores, fundos rotativos, bancos comunitários, clubes de troca e associação de serviços.

É diante desse cenário conceitual em construção e da heterogeneidade de ações que optou-se por relatar as diversas percepções do tema da economia solidária, no próximo sub-tópico. De início, optamos pelas contribuições baseadas

em três visões distintas, são eles: Paul Singer, Luis Inácio Gaiger e a Cáritas Brasileira.

1.1 OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária enquanto processo teórico e prático comumente está envolvido em uma série de disputas conceituais. É a partir dessa conjuntura que optamos por construir o quadro conceitual do tema baseados em três percepções teóricas sobre economia solidária. A opção de adotar as percepções de Paul Singer, Luis Inácio Gaiger e Cáritas Brasileira decorre do fato de não termos como objetivo criar um modelo ideal do que seja a economia solidária. Destarte, o que nos parece interessante é construir o quadro conceitual do tema a partir de diferentes visões da temática sob análise.

Desse modo, a escolha das três abordagens atende a uma seleção da autora baseada nas principais nuances da teoria estudada. Assim, na escolha pela abordagem teórica de Singer levamos em conta a tradição conceitual do pensamento do autor que é considerado um dos principais teóricos do tema e homem de ação nutre uma visão mais utópica do movimento quando este é articulado ao socialismo. Por conseguinte, para facilitar o processo de imersão sobre o tema escolhemos o professor Luis Inácio Gaiger, contemporâneo nessas discussões específicas e que apresenta uma formulação do conceito mais consistente com a realidade vivenciada pelos empreendimentos no país. Por fim, elegemos a Cáritas do Brasil por tratar-se de entidade da igreja que possui inúmeras ações práticas nesse campo e que se apresenta como percussora do movimento através do desenvolvimento de inúmeros projetos econômicos solidários a exemplo dos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas (PAC's).

Nessas circunstâncias, longe de se resumir a um simples debate conceitual e de terminologia a construção da teoria da economia solidária apresentada a partir das três vertentes expostas oferece o arquétipo teórico que molda diversas ações práticas nesse campo. É nesse sentido que merece destaque a construção das pilstras do que vem a se constituir como similaridades e diferenças teóricas nesse campo.

1.2 PAUL SINGER “A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MODO DE PRODUÇÃO”

Paul Israel Singer é Austríaco, com oito anos de idade veio com sua família para o Brasil fugindo das ameaças da segunda guerra mundial. Atualmente é professor aposentado pela Universidade pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Desde 2003, é o titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Sua trajetória como professor, militante, escritor e secretário é marcada pela estreita relação com os movimentos sociais e a atuação na política. É um dos fundadores do partido dos trabalhadores (PT) na década de 1980 e participou de sua primeira direção nacional. Também foi secretário de Planejamento do Município de São Paulo, em 1988, no mandato da prefeita Luiza Erundina em São Paulo.

Nessa dimensão optou-se por analisar uma das principais obras de Singer aquela que em nossa opinião dita os moldes de diversas outras e que de qualquer forma possui influência direta sobre as demais produções intelectuais do autor, bem como de muitos outros pesquisadores do tema. Dessa forma, trabalhamos nesse tópico a partir das constatações teóricas embasadas através do livro: Introdução a Economia Solidária por entendemos que nele encontramos a base conceitual do que é a economia solidária para Paul Singer.

Singer inicia o livro falando sobre os impactos nefastos do capitalismo para a grande maioria da população e se questiona sobre esse modo de produção. “O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. (SINGER, 2002, p. 46).

Nesse contexto, a resposta para superação da situação de desigualdade social ocasionada por esse modo de produção segundo Singer (2002) coloca é:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2002, p, 01)

Paul Singer com a finalidade de clarear o debate em relação ao tema constrói um conjunto de princípios baseados em um arcabouço teórico onde cria as bases

para a formatação de ações e práticas solidárias. E, segundo sua opinião a economia solidária é:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 28)

Na confluência do pensamento de Singer outra categoria de análise se apresenta fundamental; trata-se da autogestão. É nesse sentido que o autor explica que a principal diferença entre o modo de produção capitalista e o solidário seja o modo como as empresas são administradas (SINGER, 2002). Ou seja, a gestão no capitalismo é pautada pela hierarquia e centralização do poder, enquanto que no modo solidário as decisões são tomadas a partir da gestão compartilhada por todos que compõem o empreendimento. Em relação à tomada de decisões (SINGER, 2002, p. 18) acrescenta: “quando a empresa é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias. Quando ela é grande os sócios elegem delegados por seção ou departamento e nesse contexto, a autogestão exige um esforço adicional”.

Singer (2002) deixa clara sua visão de economia solidária como uma opção de mudança para outro modo de produção: o socialista. Nesses termos, ela poderia ser uma “alternativa superior ao capitalismo” no âmbito de proporcionar uma vida melhor. Logo, sendo o autor esse cenário seria possível através da adoção de uma postura auto-suficiente e isolada por parte da economia solidária em relação à economia capitalista ou pela primazia na escolha dos consumidores pelos produtos constituídos através do comércio justo e adquiridos por adeptos do consumo solidário.

Por fim, a partir dos expostos acima fica claro que a concepção de Singer a respeito da economia solidária trás incrustada em seu sentido a dimensão de um projeto político, na medida em que, o autor elabora uma série de argumentações que dão espaço as interpretações claras de que o ápice da economia solidária seria conquistada através da mudança do modo de produção. Todavia, percebe-se que devem ser utilizadas novas estratégias para o êxito da economia solidária no embate com o capitalismo.

1.3 A CÁRITAS “CARIDADE LIBERTADORA”

Singer (2003) ao escrever o prefácio do livro aqui analisado nesse tópico: 20 anos de Economia Popular Solidária; Trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS reitera a importância da Cáritas como parte fundamental da composição do movimento na forma de entidade de fomento. Para Singer:

A Cáritas Brasileira, ao integrar os Projetos Alternativos Comunitários no amplo conjunto de empreendimentos solidários, assume papel de liderança na constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e sua trajetória documenta de forma precisa a origem da economia solidária em sua fase atual no Brasil. (Singer, 2003, p.10)

Fundada em 1956 a Cáritas é um organismo da Igreja Católica que atua em forma de redes e que possui ações em cerca de 200 países em todo o mundo. O objetivo principal de suas obras é a defesa dos direitos humanos pautada pela perspectiva ecumênica e atuando dessa maneira a entidade é reconhecida como entidade de utilidade pública, *status* que lhe confere a assinatura de convênios com entidades e órgãos do governo.

Passados cerca de 25 anos do início de suas atividades, a Cáritas iniciou um projeto que iria marcar significativamente as ações da entidade. Trata-se dos Projetos Alternativos Comunitários - (PAC's) que tinham o intuito de promover apoio a associações que desenvolviam seus trabalhos baseados a partir da perspectiva solidária, pautados no cooperativismo, solidariedade, dentre outros. Em específico, na região Nordeste, os Projetos Alternativos nasceram nos anos 80 como alternativas diante da dificuldade da população rural em relação à seca.

Já no final da década de 1990, uma série de ações baseadas nos princípios da economia solidária foram adotadas pelos PAC's. Com isso, a Cáritas começa a construir sua percepção do que é a economia solidária. Nesses termos, Bertucci e Souza explicam:

No âmbito da Cáritas também vem sendo construída uma compreensão sobre a economia popular solidária (EPS), onde ela nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e se guia por um mercado solidário. Sem desconhecer o sistema econômico mundial hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver, a economia solidária está abrindo possibilidades de expansão de um mercado não capitalista, fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os

consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando-se por valores como a solidariedade, a autonomia, igualdade e a democracia. (BERTUCCI E SOUZA, 2003, p. 70).

Não obstante, as reflexões ocorridas em relação à economia solidária ao longo dos anos permitiram a Cáritas identificar algumas das características, como nos conta Bertucci e Silva (2003):

A principal característica é a negação da lógica do sistema capitalista, por sua vez, a EPS, é relacionada a cultura de solidariedade e cooperação, baseia-se em uma ética solidária. Então, essa cultura de solidariedade tem as seguintes características: valores, princípios, novo projeto de desenvolvimento democratização do saber e valorização da vida do consumidor. (BERTUCCI E SILVA, 2003, p. 72)

Em resumo, os princípios de economia solidária da Cáritas estão fortemente ligados ao discurso da caridade libertadora que possui princípios definidos e descritos no livro “Mística e metodologia da caridade libertadora. Nessa perspectiva, a Cáritas se baseia numa mística/espiritualidade cristã que está fundamentada a partir dos valores e idéias da Teologia da Libertação que possui influências da Teoria Marxista para balizar as ações no campo da economia solidária.

1.4 LUIS INÁCIO GAIGER “EFICIÊNCIA SISTÊMICA”

Luis Inácio Gaiguer é historiador, formado pela Universidade de Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), participou de movimentos estudantis e de jovens, também foi instrutor do Centro ecumênico de evangelização, capacitação e assessoria (CECA), ocasião onde conheceu Marcos Arruda, um dos percussores do debate sobre a economia solidária no país. (LECHAT, 2004)

Gaiger é Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain. Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Coordenador da Cátedra Unesco Trabalho e Sociedade Solidária e Líder do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa. Leciona teoria e metodologia sociológica e realiza pesquisas sobre economia solidária, movimentos sociais, trabalho e alternativas sociais. Foi Diretor da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Para começar, destacamos a preocupação do autor em demonstrar os múltiplos sentidos e expressões que caracterizam a economia solidária, como

descrito: “a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista”. (GAIGER, 2009, p. 162). Ainda de acordo com o escritor, essas ações multiplicaram-se rapidamente em outras formas: cantinas populares, clubes de troca, produção ecológica, associações de mulheres, dentre outros. Ele enfatiza: “Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários”. (GAIGER, 2009, p. 162).

Gaiger descreve no texto: eficiência, as principais diferenças entre esse conceito percebido e interpretado através das lentes da economia capitalista e a diferença de sua interpretação à luz da economia solidária, como ressalta: “uma visão alternativa de eficiência alia-se a discussão sobre eficiência e eficácia da ação empreendida, isto é, sobre os fins a serem alcançados e as possibilidades de atingi-los”. (GAIGER, 2009, p. 170).

O autor trás contribuições para um novo olhar sobre o conceito de eficiência re-significado através dos moldes da economia solidária. Nesse sentido, a eficiência não se refere ao crescimento econômico, mas, a satisfação pessoal, qualidade de sua vida e do grupo ao qual faz parte. Ou seja, “a base da eficiência dos empreendimentos de economia solidária está na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão do trabalho associado”. (GAIGER, 2009, p. 173).

Gaiger (2009) demonstra cautela ao enunciar sua percepção sobre o que é economia solidária. Essa posição demonstra ousadia do autor em relação a outros teóricos que tratam do mesmo tema. Ele trás preocupação em demonstrar ao leitor as múltiplas faces da economia solidária não incorrendo na falha de construir um modelo ideal do que seja esse processo. Outro ponto a seu favor é abertura teórica para conceitos poucos utilizados pelos pensadores da economia solidária, como é o caso da eficiência.

Ao final dessa sessão que procurou demonstrar semelhanças e diferenças entre o conceito de economia solidária a partir do olhar de três autores brasileiros o que nos parece ficar claro é que as três percepções convergem no que diz respeito ao caráter emancipador e a possibilidade de transformação social possível pautada por meio da autogestão e do cooperativismo.

Enfim, ao final desse tópico espera-se colaborar com uma construção crítica sobre o embate teórico que circunda o plano teórico e que incide no campo empírico dessas ações. É válido ressaltar que os trabalhadores nos empreendimentos baseiam suas ações a partir da concepção de economia solidária que mais lhes parece engajada com sua realidade. Algumas concepções são mais utilizadas na prática do que outras, sobretudo, o que parece útil ao debate nesse momento é destacar a multiplicidade das ações no campo prático e as diversas percepções no campo teórico.

Por fim, no capítulo seguinte analisa-se como o campo da economia solidária no Brasil está sendo construído e o contexto do surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

1.5 O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No início desse tópico se esclare a primazia pela utilização do conceito de campo, fundamentada através da interpretação de LECHAT (2004) sobre o tema e que se encontra na sua tese de doutorado intitulada: *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. O conceito de campo é definido por Bartes (2004) “como um conjunto de redes de relações sociais, de práticas e idéias, é utilizado de preferência à noção de campo de Bourdieu por ele dá ênfase tanto a estrutura quanto ao significado”. (LECHAT *apud* BARTES 2004, p. V).

Optou-se por se conectar nessa sessão através da perspectiva teórica acima explicitada, pois, nesse espaço temos o intuito de mostrar a organização do campo da economia solidária no país e nessa trajetória conhecê-la através de suas diversas instâncias de legitimação e, sobretudo entendê-la como um campo construído e delineado através das interconexões entre o campo teórico construído pelos intelectuais, o empírico vivenciado no cotidiano das práticas dos trabalhadores nas cooperativas e associações de economia solidária e mais recente a ação governamental/gestão pública finalizando com a conseqüente imbricação de todas essas relações e atores sociais envolvidos no processo.

A constituição da Secretaria de Economia Solidária (SENAES) é um acontecimento marcante para o movimento da economia solidária, pois, trata-se do reconhecimento de suas ações pelo Estado. O destaque provém para a eleição do Presidente Lula que apoiou durante seu governo sindicatos, cooperativas,

associações, entidades assessoras, militantes e universidades na tentativa de construção de espaços públicos de legitimação das ações de economia solidária.

Todavia, urge ressaltar que o surgimento do Movimento da economia solidária e sua conseqüente institucionalização através da criação da Senaes se encontra imbricada através de eventos que antecedem a legitimação desse campo pelo Estado. Nesse percurso podemos citar as iniciativas desenvolvidas pela Cáritas Brasileira, as ações do movimento sindical e de outras entidades governamentais e não governamentais que lutavam pela redemocratização do país, como descrito por Bertucci; Silva (2003 *apud* Nunes, 2009) “costuma-se marcar o início das práticas de economia solidária no Brasil no início dos anos 1980 com os Projetos Alternativos Comunitários (PAC’s), coordenados pela Cáritas Brasileira”.

A princípio Nunes (2009) também contribui para o resgate histórico dessas ações:

Na década de oitenta, além da Cáritas, muitas outras entidades que vieram a ser importantes na história da organização da economia solidária no Brasil, já atuavam, em frentes diversas, mas vinculadas as lutas pela redemocratização no Brasil como é o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), dentre outros. (NUNES, 2009, p. 66)

Dez anos após o surgimento das iniciativas da Cáritas, o Sindicato dos Químicos de São Paulo emerge a necessidade de pensar formas de apoio aos trabalhadores que se organizavam de forma autogestionária na gestão de empresas falidas. A resposta para essa situação foi à criação de 1991 da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). (SINGER, 2002, *apud* NUNES, 2009). Nesse âmbito, ainda nos anos 90 são desencadeadas inúmeras ações organizadas pela sociedade civil unida no movimento de luta pela redemocratização do país, dentre as principais, podemos citar a campanha contra a fome e pela vida, liderada pelo sociólogo Betinho, a constituição da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária e o surgimento da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ligada a Universidade Federal do Rio de Janeiro. (GUIMARAES, 2003, *apud* Nunes, 2009).

Já no final dos anos 90, a Confederação Nacional de Metalúrgicos, vinculada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desenvolveu o Programa Integrar que tinha como intuito promover debates e reflexões sobre autogestão, cooperativismo e

economia solidária. A realização de inúmeros seminários culminou com organização de um seminário Nacional de Economia Solidária. Dos frutos dessa ocasião também podemos citar a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. (NASCIMENTO, 2003, *apud* NUNES, 2009).

Na confluência do conjunto dessas ações, organizações e entidades de apoio e formação se uniram para construir o GTB Brasileiro de Economia Solidária. Em 2001, durante a realização do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, os frutos dessas ações foram observados a partir da criação de inúmeras oficinas sobre o tema que foram realizadas e estimuladas através do GTB. (NUNES, 2009)

Em meados de 2003 acontece a III Plenária, realizada em Brasília, evento onde é criada e aprovada a Carta de princípios e a Plataforma de lutas do movimento situações que culminaram com a fundação do Fórum Brasileiro e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de indicações do movimento a secretaria foi conduzida pelo Professor Paul Singer um dos fundadores do debate sobre o tema no Brasil. Atualmente, Singer ainda ocupa o cargo de secretário da SENAES. (NUNES, 2009)

1.5.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária

Edificada a partir de um processo contínuo e constituída a partir dos eventos anteriormente citados, a Secretaria Nacional de Economia Solidária é uma instância representativa da economia solidária pelo Estado no âmbito nacional. (MUNARIM, 2007).

A SENAES tem como objetivos: “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES, PORTAL). Nas palavras de Singer (2004), “a SENAES entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material as iniciativas do Fórum Nacional de Economia Solidária”.

Nas páginas a seguir, traz-se a estrutura da Senaes, segundo consta no portal do Ministério do Trabalho local onde a secretaria de economia solidária está lotada.

Figura 1: A Estrutura da SENAES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL	
Concepção	Atividades econômicas — de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito — organizadas sob a forma de autogestão (propriedade coletiva do capital e participação democrática — “cada cabeça um voto”).
Programa	Economia Solidária em Desenvolvimento. ²²
Objetivos do Programa	Fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.
Objetivos Específicos para Implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e propor medidas para articulação de políticas de finanças solidárias; • Intervir na revisão da legislação de cooperativas e propor estatuto do empreendimento autogestionário; • Fortalecer os empreendimentos por meio do fomento material, articulação das cadeias produtivas e apoio ao consumo ético e ao comércio justo; • Estimular a produção de conhecimentos, sistema de avaliação e de informações sobre economia solidária; • Fortalecer os espaços de organização da sociedade civil e demais entes governamentais para formulação de políticas públicas para o setor.
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes de economia solidária, empreendimentos de economia solidária (cooperativas, empresas autogestionárias, associações e outros), agência de fomento da economia solidária, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social.
Estrutura da Senaes*	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Estudos e Divulgação. • Departamento de Fomento à Economia Solidária.
Linhas de Ação	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária. • Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária. • Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária. • Promoção do Consumo Ético. • Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias.

Fonte: BARBOSA, 2000, p. 231.

Sob a responsabilidade da SENAES se encontram as seguintes competências atribuídas através do Decreto 5063, de 08 de maio de 2004.

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência;

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência. (SENAES/MTE, 2003)

Em síntese, fica claro o esforço da SENAES em construir e desenvolver articulações com os demais órgãos públicos. Apesar da trajetória de nove anos compete notar o ineditismo dessa Secretaria na elaboração de políticas de desenvolvimento e economia solidária. Cumpre chamar a atenção para a importância da institucionalização de suas ações junto ao Governo Federal, fator que impulsiona as ações no âmbito da economia solidária e promove incentivo aos empreendimentos na medida em que investe recursos para capacitação, apoio, acompanhamento, dentre outros.

2 GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DO RECIFE

O intuito desse capítulo é desvelar o estado da arte da ação governamental para economia solidária e o desenvolvimento construído pela Prefeitura do Recife. Para isso, nos debruçamos sobre os principais teóricos que trabalham sobre o tema; Genauto Carvalho, Jean Louis Laville, Alzira Medeiros, dentre outros autores. Baseados a partir de seus postulados escritos, cruzamos os conhecimentos teóricos adquiridos através das leituras com as práticas vivenciadas pela gestão pública municipal desenvolvida através da Diretoria de Economia Solidária Popular e Solidária, lotada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

No âmbito da economia solidária como forma de desenvolvimento algumas experiências foram ganhando visibilidade, ao passo que, muitas delas foram sendo reconhecidas e implantadas pelo Estado como Políticas Públicas. Nesse sentido, com o advento da SENAES emergiram diversas experiências de governos locais que incluíram em seus programas de governo as Políticas de Economia Solidária e segundo (Barbosa, 2007) “destacam-se, nessa direção, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, as Prefeituras de São Paulo, de Recife, Santo André, Belém, Chapecó, Porto Alegre, Caxias do Sul e Belo Horizonte”. (BARBOSA, 2007, p. 174). E, ainda, conforme Godoy acrescenta:

(...) a iniciativa de formulação e aplicação de políticas públicas para a economia solidária no Brasil tem raízes nas administrações municipais. É na escala dos municípios que os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho são sentidos com maior intensidade. (GODOY, 2001, p. 122)

Dessa maneira, a agenda pública começa a se organizar e promover ações de economia solidária. Nesse aspecto, o financiamento do Estado torna-se condição singular para a consolidação e desenvolvimento dessas práticas, uma vez que, o Estado possui recursos de que o tecido social necessita e que quando investidos adequadamente nos territórios causam impactos significativos para a população. Assim, concordamos com a argumentação de (GODOY, 2011, p. 123) quando

afirma que “a vontade política dos governantes pode influenciar a expansão e a consolidação das atividades da economia solidária em seus territórios”.

Uma das características das Políticas de Economia Solidária é que são constituídas como Políticas de governo. Essa singularidade faz com que costumeiramente elas passem por desmontes significativos. O que ocorre é que a nível institucional prefeituras, governos e o Estado possuem uma acentuada rotatividade, no que diz respeito aos gestores que ocupam os cargos públicos. Essa implicação causa impactos negativos na consecução das Políticas de Economia Solidária, uma vez que, mudam-se os gestores e as prioridades de cada governo.

A solução para esse caso é a construção de uma proposta de Política de Estado para a economia solidária. Incluso nesse intuito de mudança se encontra a preocupação com a sustentabilidade desse tipo específico de ação governamental. Quando nos referimos a um tipo específico de Política estamos querendo chamar a atenção para as características peculiares que elas devem possuir. Valmor Schiochet (2009) nos traz mais indagações sobre o assunto:

A economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária. Como incorporar a Economia Solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da Economia Solidária em direitos dos/as trabalhadores/as e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? (SCHIOCHET, 2009, p. 449).

Em relação as ação pública para a economia solidária a resposta para essas e outras perguntas suscitadas sobre o fenômeno analisado fomos buscar respostas na interpretação de Marcosin sobre o assunto. Em sua tese de Doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas, Aduino Marcosin chega à conclusão que as Políticas de Economia Solidária ainda se encontram em construção, pois:

Ao afirmar que a política pública de economia solidária nos três níveis de governo não se caracteriza como de Estado, significa dizer que está em construção, não possuindo elementos de concepção da política que estejam em sintonia com a prática. (MARCOSIN, 2008, p. 254).

A afirmação que a Política de economia solidária se encontra em construção demanda uma série de esclarecimentos sobre essa situação; o primeiro deles é que essa Política possui interconexões com as áreas econômica, social, cultural e ambiental. A segunda colocação é a posição do Estado em relação às mudanças

nos contornos dessa Política, ou seja, se trata de uma Política que deve possuir arquétipos emancipatórios e participativos. Um terceiro ponto é que se trata de uma Política de trabalho e renda, bem como de uma Política Social com vistas ao desenvolvimento. Para mais esclarecimentos utilizamos as contribuições de Medeiros (2006), para nos aprofundarmos no assunto:

O que quer dizer o fato das políticas estarem em construção? Primeiro, são políticas que possuem uma grande heterogeneidade, fundamentalmente em relação a três pontos: a) O nível de estruturação das políticas (há no Brasil políticas muito diferenciadas, algumas até bem estruturadas, pouco estruturadas, outras, são somente ações isoladas); b) do ponto de vista da concepção da participação social na política; e, c) no modo de execução da política. Então essas diferenças já refletem esse caráter de política pública em construção, é muito processual, e são diferenças marcantes no país. É uma política em construção, também, pela ausência de unanimidade no país sobre o tema. (MEDEIROS, 2006, p. 113)

Por estarem em construção e envolverem diversas dimensões de atuação e de impacto essas Políticas requerem a transformação de programas em projetos de Lei. Trocando em miúdos, a lei é indispensável, entretanto, ela por si só não resolve o problema da institucionalização. Para que ações governamentais efetivas sejam implantadas nessa área as condições necessárias para o desenvolvimento desse campo devem ser implementadas de forma participativa e democrática. (SCHIOCHET, 2011)

De fato, existem particularidades e singularidades inerentes a Política de Economia Solidária, para, além disto, França Filho aponta quatro características dela: “são políticas em construção, trata-se de políticas fundadas em parcerias, são políticas com forte vocação indutiva e são políticas de organização da sociedade”. (FRANÇA FILHO, 2006)

A partir dessas circunstâncias emerge outro ponto crucial na construção das Políticas de Economia Solidária, a participação social. Em especial, essa situação implica no reconhecimento dos agentes envolvidos, da passagem de sujeitos para atores sociais responsáveis pela sinergia do movimento com o Estado e sociedade. Nesta direção, (MEDEIROS, 2008, p.26) acrescenta algumas considerações acerca das tendências desse processo. “esse processo parte de tendências da democracia participativa onde apresentam uma ação com a sociedade e não para a sociedade como nos moldes tradicionais de conceber e executar as Políticas Públicas”.

Nesse âmbito duas situações parecem convergir à luta pelo reconhecimento e o envolvimento a partir da participação. As políticas públicas de economia solidária encontram-se, portanto, numa fronteira entre as políticas sociais e as políticas de desenvolvimento econômico: de um lado elas se destinam a gerar trabalho e renda para populações em situação de risco, mas por outro lado, isto só é possível com a implicação/envolvimento efetivo e direto das populações envolvidas (os trabalhadores da economia solidária) na condição de protagonistas do processo. (CRUZ, 2006).

Assim, a transformação social almejada pelo movimento da economia solidária depende de um acentuado grau de participação dos agentes sociais envolvidos no processo. É nessa direção que ela é decisiva para o reconhecimento do movimento e a conseqüente consolidação da dinâmica da ação governamental voltada para o desenvolvimento dos empreendimentos e de seus partícipes, bem como dos territórios onde estão localizados.

Pautadas a partir das características basilares da participação e do controle social as Políticas de Economia Solidária possuem densa relação com o desenvolvimento local por estarem imersas dentro de uma perspectiva mais extensa das Políticas de geração de trabalho e renda que não se restringem ao reducionismo econômico, mas, sobretudo, atua através das mais diversas áreas geralmente nos contextos menos favorecidos da população.

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas. (PRAXEDES, 2009, p. 57)

Pois, se compreendemos as Políticas de economia solidária como Políticas que geram impactos que vão além do âmbito econômico estamos sendo condizentes com a perspectiva de uma ação governamental que objetiva o desenvolvimento local através das múltiplas dimensões que este congrega: social, ambiental e econômica. Decerto, esta nos parece ser uma percepção crucial para o fortalecimento dessa política. Se pensarmos nesse processo como resultado de

ações emergenciais e a partir dessa perspectiva alicerçado através de projetos e programas paliativos estamos sendo contraditórios quando mencionamos essa política e realizamos conexões entre ela o desenvolvimento, participação, envolvimento, dentre outros processos que podem gerar transformações significativas nos territórios.

Em face do exposto, é necessário que se reflita sobre as Políticas de Economia Solidária a partir da perspectiva de um desenvolvimento emancipatório portador de estrutura e ações que consideram os trabalhadores como protagonistas de uma transformação social que surge a partir da cooperação, solidariedade e autogestão em contraposição ao individualismo. Em contrapartida, se percebidas e concebidas como paliativas as Políticas de economia solidária desde sua concepção estão fadadas a se constituírem futuramente em ações residuais.

É a partir das múltiplas leituras sobre os limites e possibilidades do que é, do que se trata e dos possíveis impactos das Políticas de economia solidária para o desenvolvimento é que construímos a próxima sessão reafirmando as intrínsecas relações entre estas três categorias de análise. No próximo momento do texto cabe-nos apresentar as possibilidades de utilização do conceito de desenvolvimento a partir de três percepções distintas e não fazer uso apenas de um ou outro teórico baseado naquele que possua argumentação que melhor se encaixe ao tema que propomos na pesquisa. Entendemos que esse exercício de reflexão é imprescindível e se faz necessário para que se crie o ambiente necessário onde se coloca e dispõe ao leitor as mais diversas percepções de um dado paradigma e suas implicações na prática.

2.1 POLISSEMIA DOS SIGNIFICADOS DE DESENVOLVIMENTO

A presente sessão aborda as diversas conceituações que o tema desenvolvimento recebeu ao longo dos anos, pois, incrustadas em cada interpretação do conceito se encontram diversas finalidades e possibilidades.

Aproveitou-se o espaço para trazer contribuições de Augusto de Franco através do texto: “porque precisamos de um desenvolvimento local, integrado e sustentável”. Em seguida, Amartya Sen, com o texto “desenvolvimento como expansão das liberdades que desfrutamos” e por último o autor Chico de Oliveira com “que quer dizer desenvolvimento local”.

A escolha dos três autores foi dada a partir da diferença nas visões do tema e se justifica por trazermos uma visão mais metodológica do conceito através de Franco, a percepção de desenvolvimento do professor Prêmio Nobel de Economia e por fim, a perspectiva Marxista de desenvolvimento pautada nas contribuições de Oliveira.

Assim, conforme destaca Paulo de Jesus (2007), “tal quadro parece suscitar a necessidade de reflexão em torno dos significados do desenvolvimento local”. Decerto, no início desse trecho do trabalho partimos de alguns questionamentos sobre a temática em questão. A partir das interrogações colocadas por (PAULO DE JESUS, 2007, p.18) insurgimos no debate sobre esse conceito e nesse sentido: “o que se entende por desenvolvimento? qual o sentido de desenvolvimento?”

2.2 AUGUSTO DE FRANCO: “POR QUE PRECISAMOS DE UM DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL?”

No entendimento de Franco “o que chamaríamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável nada mais é do que uma metodologia, *lato sensu*, que visa promover o desenvolvimento de unidades socioterritoriais delimitadas por meio de um conjunto de práticas” (FRANCO, 2000, p. 59). Porém, o autor se indaga sobre como seriam essas e como elas poderiam ser efetivadas no interior de processos de desenvolvimento local. Ele ainda acrescenta: “quais seriam os ingredientes necessários para que uma experiência de desenvolvimento pudesse ser reconhecida como um processo de desenvolvimento local integrado sustentável?” (FRANCO, 2000, p. 59).

Tomando como base as interrogações colocadas, Franco responde ressaltando que não existe qualquer ciência que possa dá a resposta para as perguntas colocadas (FRANCO, 2000). O que existe segundo o autor é um acordo de entendimento constituído pelas pessoas que trabalham com a questão onde nem toda experiência local de desenvolvimento pode ser caracterizada como sendo de desenvolvimento local integrado e sustentável. Segundo o autor é imprescindível que nessas ações se efetive um cardápio mínimo de ações para que elas possam ser reconhecidas como tal. Conforme Franco esse cardápio deveria contemplar:

Ações de capacitação para a gestão local, criação de institucionalidades participativas, planejamento participativo, construção negociada de uma chamada pública da localidade, a articulação da oferta estatal e não estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade, a celebração de um pacto de desenvolvimento na localidade, o fortalecimento da sociedade civil, fomento ao empreendedorismo, parcerias, construção de organizações sem fins lucrativos, crédito e aval para apoiar a criação e o desenvolvimento de novos negócios sustentáveis e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação. (FRANCO, 2000, p. 60).

Franco (2000) assinala que o desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) não é uma estratégia somente econômica. Dessa maneira, o desenvolvimento local para ele é um processo para novas ações políticas, novas práticas sociais e conseqüentemente novas práticas de desenvolvimento e nesse sentido, conforme o autor, a sustentabilidade seria a combinação dessas práticas.

Entretanto, o autor afirma não saber exatamente que combinação, nem práticas seriam essas. Em face dessa situação argumenta que o máximo que se pode fazer é apostar que a co-relação entre algumas das características, como: parceria, reciclagem, flexibilidade e diversidades nos planos social, econômico supostamente gerariam impactos significativos na sociedade (FRANCO, 2000). Franco, ainda constata que em última instância a sustentabilidade é uma aposta, entretanto, ressalta que essa situação não constitui um problema dado que o exercício da democracia também é uma aposta.

Nessa conjuntura, implantar e disseminar O DLIS requer uma mudança significativa de ações com a finalidade de desinstalar um antigo conjunto de práticas por outras mais democráticas. A partir dessas circunstâncias o DLIS embora se conceitue como uma metodologia deve ter como base a política e não as metodologias. (FRANCO, 2000).

Por isso, é que na proposta de Franco (2000) o DLIS se configura como uma estratégia de promoção do desenvolvimento que afeta as relações políticas e sociais de uma dada localidade. O que importa saber é que para os agentes sociais esse processo tem se tornado uma questão de sobrevivência. Nessas circunstâncias, é um fenômeno que abarca diversas dimensões e que precisa ser integrado, ao passo que, o seu maior objetivo é a superação da pobreza.

Por fim, a perspectiva de Franco enfatiza a necessidade de um DLIS como uma nova utopia e como estratégia de transformação da sociedade. Por conseguinte, Franco conclui a narrativa do texto ressaltando que a questão do DLIS

é muito complexa e que os múltiplos debates sobre o tema estão longe de serem esgotados.

2.3 CHICO DE OLIVEIRA: “QUE QUER DIZER DESENVOLVIMENTO LOCAL?”

Chico de Oliveira no texto o que quer dizer desenvolvimento local constrói sua argumentação sobre o que é o desenvolvimento local? Segundo o autor, “o desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso. A partir dessa constatação Oliveira chama a atenção para que se afastem as tentações de mensuração da cidadania ancorada ao conceito de desenvolvimento local. Chico então, afirma:

A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito. Este é, também, um ponto extremamente importante: em geral, do ponto de vista neoliberal, a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia, de paz social, na contramão até mesmo da interpretação liberal na tradição de Rousseau, por exemplo. Como consequência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. (OLIVEIRA, 2001, p. 02)

Construído nos moldes acima citados o desenvolvimento local se fecha e se limita para transformações sociais que são desencadeadas corriqueiramente e nessa conjuntura passa a buscar o trivial, o igual, o mesmo. É nesse campo de embates que o desenvolvimento local está incluso e não pode ignorar essas complexidades e transformações em curso na sociedade. Destarte, uma das pilstras fundamentais do desenvolvimento local refere-se à aptidão efetiva da participação para a cidadania, o que Oliveira chama de “Governo Local e surge como resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna”. (OLIVEIRA, 2001)

Essa situação de diáspora entre a sociedade e o poder público através dos políticos é vantajosa para a segunda categoria que costumeiramente produz e reproduz laços de dominação sobre os demais cidadãos. Nessa situação, o desenvolvimento local poderia facilitar a criação de espaços de sinergia entre o poder público e a sociedade e nessa perspectiva o governo estaria nas mãos de todos.

Outro contraste que Chico de Oliveira aponta no processo de desenvolvimento local é “a possibilidade de que ele atue corrigindo a tendência de concentração de renda”. Nesse aspecto, o desenvolvimento local não deve ser pensando como contra tendência a concentração, ocorre o oposto, ele pode inserir-se numa estratégia de descentralização que agrava as desigualdades e nesse processo o DL não entraria em embate com a globalização, mas, poderia até ser um de seus espaços de reprodução de desigualdades e concentração de renda. Em face do exposto Oliveira elenca algumas questões conceituais sobre o desenvolvimento local:

A estratégia de DL é de simples adaptação ou se trata de criar uma alternativa real? A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que “é desenvolvimento local” já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local. Esse é um meio-caminho, sem dúvida, pois não se trata de um conflito abstrato, mas de um real enfrentamento; logo, há um recíproco condicionamento das estratégias de parte a parte. (OLIVEIRA, 2001, p. 02).

Essas constatações são necessárias, segundo o autor, porque comumente se reduz a sociedade civil ao desenvolvimento local (DL) e a uma situação apaziguadora nestas duas instâncias, entretanto, a luta da sociedade civil pela cidadania é a mais moderna das lutas de classes. E assim, em alguns discursos o DL tende a substituir a cidadania e tem a tendência de ser empregado como sinônimo de negociação, cooperação, aniquilando a perspectiva do conflito social. Portanto, na percepção de Oliveira o DL precisa criar alternativas que dificilmente sejam assimiladas pelo sistema socioeconômico vigente e é esse o grande desafio desse processo.

2.4 AMARTYA SEN: “DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS LIBERDADES DE QUE DESFRUTAMOS”

Amartya Sen é economista Indiano que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1998. No ano de 1993 em parceria com outro pesquisador Sen criou o índice de desenvolvimento humano (IDH) utilizado pelo Programa de desenvolvimento das Nações Unidas. Através de suas pesquisas lançou em 2000 o livro “Desenvolvimento como liberdade” que é peça fundamental para ajudar a construir a percepção de desenvolvimento de um dos mais famosos economistas do mundo.

Em suma, toda a idéia por trás do livro analisado se baseia na perspectiva de um desenvolvimento que possui objetivos que vão além do crescimento econômico e tem por finalidade a expansão das liberdades de que desfrutamos. Segundo argumentos do autor o crescimento econômico pode ficar resumido a certas camadas da população que possuem mais oportunidades e do outro lado da situação esses recursos não chegam até as populações menos favorecidas, logo, possuem menos oportunidades.

Nessa configuração, só o crescimento econômico não gera desenvolvimento. Isso porque o desenvolvimento requer que se dissolvam as principais fontes de privação de liberdades se constituindo como direito humano ao dissolver a tirania, a falta de acesso a saúde, educação, moradia, etc. Essa é umas das muitas contribuições que Sen trás em seu livro, e podemos incluir também a constatação de que o Produto Interno Bruto (PIB), metodologia comumente empregada pelo Banco Mundial para aferir a riqueza econômica através da quantidade de bens e serviços produzidos em um país. Assim, por muitos anos acreditou-se que esse índice daria conta de averiguar o desenvolvimento dos países. Acontece que, o aumento desse índice nem sempre gera impactos para o conjunto maior da população, segundo Sen (2000).

Para Sen, nesse campo do desenvolvimento as liberdades de que desfrutamos se configuram como principal finalidade desse processo onde a liberdade de escolha é fundamental para expansão das oportunidades de que desfrutam às populações através da capacidade de acesso aos produtos e serviços (saúde, educação etc.) que satisfaçam suas necessidades.

Deste modo, Sen assinala que:

A capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela [a pessoa]. Assim, a capacidade é a liberdade de efetivar tipos diversos de funcionamentos, ou de levar o tipo de vida que deseja. As escolhas efetivamente feitas pelas pessoas organizam-se em vetores de funcionamentos, enquanto que o conjunto de todas as opções possíveis de funcionamentos para aquela pessoa constitui seu conjunto capacitório. Este conjunto constitui as liberdades substantivas da pessoa, passando o desenvolvimento a ser medido pela expansão do conjunto capacitório das pessoas. (SEN, 2000, p. 46)

Este panorama trás a tona uma questão singular que é a democracia. Onde Sen entende que ela é o principal instrumento dos cidadãos para evitar os limites de acesso a bens e serviços e que demanda a ligação com cinco tipos específicos de liberdades, são elas: liberdades políticas (direitos e deveres), facilidades econômicas (oportunidades de adquirir recursos para o consumo), oportunidades sociais (saúde, educação, etc), garantias de transparência das instituições públicas e, por último, segurança protetora (garantias de assistência as pessoas mais vulneráveis do sistema). (SEN, 2000).

Essas capacidades interligadas se reforçam e podem ser efetivadas em liberdades dentro de perspectivas que fazem alusão aos direitos humanos e a efetiva participação do cidadão na construção da democracia. “Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido” (SEN, 2000, p. 326).

Com base em todas as colocações da obra discutida fechamos essas reflexões ressaltando a importância que Sen dá ao processo da democracia que, ao nosso entender constitui pilastra fundamental de suas argumentações. Ou seja, a vivência da democracia é um processo em que os atores sociais podem participar de referendos, plebiscitos, eleições, e atuar em parceria com o poder público para exercer de fato seus direitos de intervir nas ações públicas com vistas à melhor utilização dos recursos públicos a partir das demandas prioritárias da sociedade e dessa forma, expandir liberdades e construir o desenvolvimento.

Na seqüência textual mostramos o lócus da pesquisa, a cidade do Recife e, por conseguinte, realizamos a análise dos dados com base nas entrevistas realizadas com os gestores públicos lotados na Diretoria de economia solidária da referida cidade.

2.5 O LÓCUS DA PESQUISA: RECIFE

Recife é a capital do estado de Pernambuco, está localizado na região Nordeste do País e é conhecida internacionalmente por suas belezas naturais. Esse é um fator que tem incrementado a economia da cidade e da região metropolitana. Atrelado a esse fator está à localização geográfica da cidade que é banhada por diversos rios e pelo Oceano Atlântico.

A Prefeitura do Recife, de acordo com a sua Lei Orgânica de 1989, dividiu o Município em seis Regiões Político-Administrativas (RPA), assim determinadas: RPA 1 – Centro; RPA 4 – Oeste; RPA 2 – Norte; RPA 5 – Sudoeste; RPA 3 – Noroeste e RPA 6 – Sul. Na definição das Regiões Político-Administrativas devem ser observadas as legislações pertinentes e assegurada a unidade histórico-cultural, demográfica, social e econômica do ambiente urbano.

As Regiões Político-Administrativas congregam noventa e quatro bairros existentes na cidade, agrupados de acordo com sua localização. Embora a funcionalidade desta divisão se volte mais para as necessidades do planejamento e da administração para as quais foram criadas elas refletem, de algum modo à realidade dos diferentes territórios existentes na cidade, tanto do ponto de vista das relações sociais quanto da realidade econômica, permitindo que se identifiquem os locais onde os contrastes encontram-se mais acirrados.

Nos últimos anos, não só o turismo, mas, a chegada de grandes empreendimentos imobiliários, indústrias, *shoppings*, o complexo industriário portuário de Suape, o Distrito de Fernando de Noronha, tem proporcionado expressiva movimentação econômica na economia da cidade.

A Veneza Pernambucana, como é conhecida por suas semelhanças fluviais com a cidade de europa de Veneza da Itália, possui segundo o censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 uma taxa de 1.546.516 habitantes. (IBGE, 2010).

Ainda no âmbito do trabalho e emprego, (RMR) concluiu o ano de 2011 com a menor taxa de desemprego da história. Segundo o IBGE, a capital pernambucana apresentou uma taxa de desocupação de 4,7% no mês de dezembro, ou seja, o menor índice desde o ano de 2002. (IBGE, 2011).

Nesse cenário, a Prefeitura Municipal do Recife tem engendrado ações em prol do desenvolvimento socioeconômico da população Recifense. E desta forma, analisar os impactos e os contornos dessas ações se faz condição singular para exercer efetivamente a democracia, bem como é condição necessária para se aprimorar os contornos das políticas públicas. Neste momento, interessa-nos a análise das ações empreendidas pela Prefeitura Municipal, em específico, no âmbito da Economia Solidária.

Figura 2: Cidade de Recife



FONTE: Pedrosa, Ana P. A, 2012

2.6 RECIFE E O APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO

Conforme definido inicialmente, o objetivo do presente estudo foi realizar uma incursão sobre o tema da gestão pública para a economia solidária e o desenvolvimento local, particularmente no tocante as ações desenvolvidas pela Prefeitura do Recife. A esse respeito pode-se pontuar algumas reflexões embasadas através das entrevistas com os gestores e o acompanhamento das ações da prefeitura no campo da economia solidária vinculadas a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Uma primeira observação a ser destacada é que inexistem na Prefeitura do Recife uma política pública de economia solidária. O que existem são programas e projetos avulsos, ou seja, ações pontuais. Essa foi uma questão percebida através das conversas com os gestores de economia solidária da referida prefeitura.

A coordenadoria de economia solidária passou por um período complicado. Há alguns anos muitas ações deixaram de existir por conta que alguns gestores que assumiram a coordenadoria não acreditavam na economia solidária. Dessa forma, quase não tivemos ações nos últimos anos. (F. E)

Em termos de estrutura uma questão a ser pontuada é a quantidade de pessoas do quadro de pessoal da prefeitura atuando diretamente na coordenadoria de economia solidária. Hoje existem somente um diretor, um gerente e uma técnica. “No quadro técnico só tem eu para trabalhar com todos os grupos atendidos”. (P. M)

Outro ponto a ser destacado em relação ao suporte logístico que a Prefeitura proporciona é que a coordenadoria promove alguns incentivos aos empreendimentos. Ela possui acordos com outras instituições, onde, algumas vezes por ano os associados dos empreendimentos acompanhados expõem seus produtos nesses lugares, geralmente, lugares públicos ou *shoppings*. Vale salientar que essas feiras ocorrem de três a quatro vezes por ano. “A prefeitura trabalha incentivando os empreendimentos através das feiras. Durante o ano nós disponibilizamos espaços aqui e em outros locais, geralmente universidades, para que os empreendedores mostrem, divulguem e vendam seus produtos”. (J.A)

Com os poucos incentivos da gestão pública para a economia solidária, as ações não têm ultrapassado o plano da reprodução simples da vida. E, dessa forma, seus impactos para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde estão localizados os empreendimentos ainda têm sido muito pequenos.

Nesse cenário, chama-se a atenção para os limites e as possibilidades dessa ação pública. Em relação aos limites trata-se ainda, de ações que possuem pouco investimento econômico e número reduzido de técnicos. Dessa forma, carecem de editais de diversos Ministérios e da Secretaria Nacional de Economia Solidária para angariar recursos para serem investidos em capacitações para os empreendimentos. Em resumo, essas ações têm sido fragmentadas e dessa forma, mais limitantes do que benéficas.

Os investimentos são destinados somente a capacitação e incentivo a comercialização em feiras populares. As ações no que concerne ao incentivo de produção e comercialização ainda são muito restritas as feiras. O que inviabiliza a comercialização em outros locais. (F.E)

É nesse sentido, que a ação governamental para a economia solidária necessita de investimentos de todas as ordens e as ações da prefeitura são indispensáveis aos grupos solidários. “Atualmente, os gastos da Prefeitura com o setor, dizem respeito, as despesas referentes à folha de pagamento. Nos últimos anos não temos tido investimentos de outra ordem”. (P.M)

No que concernem as possibilidades da ação pública a atual gestão tem tentando retomar algumas ações. Um exemplo dessa situação foi o edital ganhando através da SENAES. O valor do edital foi de um milhão e 300 mil reais mais a contrapartida de uma emenda Constitucional da Deputada Federal Luciana Santos no valor de 500 mil reais e o incentivo de duzentos mil da prefeitura do Recife. As verbas concedidas através do edital da emenda parlamentar e da Prefeitura são para a criação da incubadora de empreendimentos econômicos solidários do município. “Conseguimos ganhar esse edital e na nossa gestão estamos trabalhando para retomar as atividades da coordenadoria de economia solidária.” (J. A)

Em relação aos limites dos impactos sobre o desenvolvimento nota-se que as ações tem sido unânimes, no que diz respeito, a gerar impactos econômicos pouco significativos sobre os grupos, ou seja, ainda são rendimentos de subsistência. No que concerne ao desenvolvimento social, a participação tem sido instigada, entretanto, na maioria das vezes, são os associados que ocupam cargo na diretoria que participam dos eventos de economia solidária.

Nesse cenário, a gestão pública na economia solidária tem sido concebida e induzida através de velhos mecanismos da ação pública. Se a preocupação do

movimento tem sido a mudança dos contornos da ação pública dentro das perspectivas da economia solidária esse parece ser um esforço descomunal.

Entretanto, faz-se necessário salientar que a grande maioria dos benefícios alcançados pelo movimento frente à gestão pública municipal mesmo que em pequeno número possuem significado singular em se tratando da repercussão da participação como fonte de pressão para o estado construir ações que gerem impactos positivos e sustentabilidade dos empreendimentos.

Por fim, em relação a gestão pública para a economia solidária e o desenvolvimento a maioria das ações ainda não conseguiram se desvencilhar das ações assistencialistas desenvolvidas durante séculos pela gestão pública no país.

CONSIDERAÇÕES

A questão da pobreza e das desigualdades sociais é um desafio enfrentado pela maior parte das regiões brasileiras, principalmente na região Nordeste.

A missão mais importante de um governo é elevar a qualidade de vida da população e reduzir desigualdades sociais, proporcionando a cada cidadão oportunidades de trabalho e de acesso a bens e serviços para o bem estar e para a dignidade da pessoa humana.

Nos últimos anos, tem crescido o papel institucional da esfera municipal, embora não seja a história dos municípios se responsabilizarem por investimentos econômicos e a geração de trabalho e renda. O planejamento econômico e o orçamento no país, sempre ficaram nas mãos da esfera Federal, e a distribuição dos recursos através da esfera dos estados da federação.

Na contramão desta lógica conservadora e respondendo às demandas locais e a crescente ação da sociedade civil, os municípios estão sendo obrigados a cumprir novos papéis relacionados a diretrizes e políticas de desenvolvimento sócio-econômico para enfrentar os desafios dos problemas no seu território e de seus habitantes.

Uma das principais demandas e desafio atual da esfera pública governamental tem sido responder ao surgimento de uma outra economia que tem garantido a reprodução da vida de uma parcela crescente da população, denominada economia solidária que pela composição social depende da ação articulada e integrada de políticas públicas.

O espaço local tem se apresentado como a base de conformação e de desenvolvimento dos empreendimentos desta economia pelas suas próprias características localizadas, circuitos econômicos locais e pela relação de proximidade vizinhança, grupos sociais, entre outros. Assim sendo, observamos o espaço local (bairro, município, região) como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento de onde pode partir a dinamização da economia de base popular por ser o seu lugar de origem e identidade sócio-cultural.

Nesse sentido, através da análise até aqui realizada, consideramos que existe e tem sido bastante recorrente o esforço do movimento da Economia Solidária em conjunto com a sociedade civil e órgãos governamentais em implementar ações com

vistas ao desenvolvimento local. O que percebemos é que o Estado pode, efetivamente, acionar recursos que os grupos da Economia Solidária não possuem.

Entretanto, na maioria das prefeituras ou estados que adotaram a economia solidária como uma bandeira, inexistem ações das quais possamos chamar de políticas de economia solidária. O que temos são ações pontuais, por isso, durante o texto não utilizamos a nomenclatura Políticas de economia solidária, mas, ação governamental para a economia solidária.

Esse tem sido um ponto crucial que geralmente inviabiliza a sustentabilidade das ações, pois, a perenidade delas gera impactos negativos para a sustentabilidade dos programas e conseqüentemente dos empreendimentos. As dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos são de todas as ordens e não estamos afirmando que a responsabilidade total é do Estado.

O que queremos chamar a atenção é para a existência de uma gestão pública ainda pouca estruturada para lidar com as mudanças ocorridas no tecido social com limitações de ordem estrutural, econômica e de gestão que afetam de frente os grupos de economia solidária.

As brechas encontradas na gestão pública para a economia solidária refletem grande parte da imagem no país sobre a economia solidária, como sendo, artifício de caridade e assistencialismo. Embora, só muito recente sua imagem foi relacionada ao desenvolvimento local. Uma conseqüência perceptível deste cenário é que ainda são muito poucos e ineficientes os investimentos do Estado em tecnologias, bens que demandam parcelas maiores de recursos.

Além de recursos, as políticas públicas de Economia Solidária denotam ações articuladas entre vários setores governamentais. O diferencial é que estes atores externos devem ser capacitados para atuarem conforme as demandas do público da Economia Solidária.

A atuação destes órgãos deliberativos e entidades de fomento têm que ser constantemente avaliadas tendo em vista a singularidade e repercussão destas ações para o bom andamento das políticas públicas de Economia Solidária. Essas ações devem ser pautadas, em métodos de gestão democráticos e participativos. Neste campo específico, o desafio é unir uma gestão democrática a uma eficiente.

Diante deste processo de conquista de espaço na agenda pública, as discussões acerca da temática já são razão para falarmos em um salto crescente de

iniciativas válidas. Estas iniciativas requerem constante reciclagem e debates sobre suas intervenções.

Sobretudo, se tratam de ações bem quistas que se encontram em seus primeiros passos. E o debate se torna indispensável para a construção e amadurecimento de ações que gerem impactos satisfatórios sobre a vida das populações assistidas, dentro do escopo das ações governamentais de promoção da economia solidária e o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosângela N. de C. **Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho**. In: Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

BERTUCCI & SILVA, Roberto Marinho Alves. **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003.

BENINI, Edir. **Economia solidária, estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?** Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/.../327>. Acesso em: 02 de mai. 2012.

CATTANI, Antonio David; GAIGER, Luiz Inácio, HESPANHA, Pedro; LAVILLE, Jean-Louis. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Altamira, 2009.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2006. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Cruz%20A%20%20%20%20%20%20%20diferen%C3%A7a%20na%20igualdade.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. 2012.

FRANÇA E FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FRANÇA E FILHO, Genauto. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922001000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 de mai. 2012.

_____ **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios**. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/.../1542>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2007). Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 12 mai. 2012.

FRANCO, Augusto. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política. Editora Millennium, 2000.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais**. In **Revista de Administração de empresas**, V.35, n. 3 Mai/Junho, 1995. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol35-num3-1995/pesquisa-qualitativa-tipos-fundamentais>>. Acesso em: 02 de mar. 2012.

GAIGER, Luis Inácio. **A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades**. XXXII Encontro da Anpocs, Caxambu, 2008. Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1839&public...>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

_____. Políticas Públicas. In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário Internacional de outra Economia**. São Paulo: Ed Almedina, 2009.

GODOY, Tatiane. **Políticas Públicas para a economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção**. Disponível em: <www.ces.uc.pt/e.../Tatiane%20Marina%20Pinto%20de%20Godoy.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 02 de jun. 2012.

JESUS, Paulo de. Sobre **Desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa** In: **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Orgs. MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos. Recife: Edupe, 2006.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004.

MARCONSIN, A. F. **Política pública de economia solidária: uma política em construção**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2008.

MEDEIROS, A et. al. (org) **Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MEDEIROS, Alzira; SCHIOCHET, Valmor. **Políticas Públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores/ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária**; Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro; Secretaria Nacional de Economia Solidária. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE. **Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economiasolidaria/>>. Acesso em: 04 de jun. 2012.

MUNARIN, A. Secretaria Nacional de Economia Solidária – **SENAES: Superação do Capitalismo?** Monografia de Conclusão do Curso (Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da pedagogia da participação**. Annablume, 2009.

NETO, José Francisco de Melo. **Autogestão**, João Pessoa, 2005. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/ensaios/pa_e_2005_auto_gestao.pdf >. Acesso em: 04 de jun. 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** FGV. São Paulo, Polis: 2001.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias**. In: Mercado de trabalho, Brasília. IPEA, 2009.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**, IPEA, 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. Mercado de trabalho | 40 | ago. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt40/08_ECONS_institucionalizacao.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2012.

_____. Políticas Públicas. In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário Internacional de outra Economia**. São Paulo: Ed Almedina, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ **Introdução a economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

10. Os desafios dos governos populares na gestão social da economia e do Estado
laeconomiadelostrabajadores@yahoo.com.br

APÊNDICE 1

Universidade Estadual da Paraíba
Especialização em Gestão da Organização Pública

Professora: Alícia Fernandes

Aluna: Ana Paula Amorim

Modelo de questionário Gestores-Prefeitura do Recife.

Questionário das entrevistas com os Gestores Públicos.

- 1) Marco legal.
- 2) A construção da economia solidária.
- 3) Financeirização da política pública.
- 4) O papel do Estado na economia solidária.
- 5) A economia solidária e seu espaço em uma macro estrutura capitalista.
- 6) A sustentabilidade e perenidade dos empreendimentos solidários.
- 7) A participação do estado no processo de fortalecimento da economia solidária.
- 8) A independência dos empreendimentos para gerir o negócio.
- 9) Caracterização da economia solidária como política pública de Estado ou de governo.
- 10) Nos dias atuais qual a importância da política pública de economia solidária.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro 1
Um mapa da economia popular e solidária no Brasil



Fonte: FRANÇA; LAVILLE, 2006, p. 61

ANEXO II

Quadro 2
Quadro sintético e histórico da economia solidária no Brasil

Período	Acontecimento	Breve descrição
Anos 1980 e 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiras experiências de economia solidária 	Experimentação de variadas experiências de geração de renda e trabalho por ONGs isoladamente e pela Cáritas através dos PACs
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias — Porto Alegre (RS) 	Com a participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil, elaborou-se a “Carta de Porto Alegre”, em que se definiu entendimento sobre a economia solidária como alternativa social para a internacionalização do capital e a pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região.
1995/Anos 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Experiências de políticas públicas regionais de economia solidária 	Práticas de fomento e fortalecimento de programas de geração de renda e trabalho baseadas em economia solidária em governos municipais e estaduais, com destaque para o protagonismo do Rio Grande do Sul.
1997/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Internacional 	Articulação intercontinental liderada pela Rede Peruana de Economia Solidária, Redes do Quebec/Canadá e da França em torno de uma globalização solidária.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em Mendes (RJ) • Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária — RBSES 	Com a participação de movimentos sociais, produtores populares e instituições de assessoria da sociedade civil, criou-se a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, com o objetivo de constituir redes regionais para fortalecer, articular e divulgar os grupos de produtores e consumidores a fim de dinamizar a cadeia produtiva de economia solidária.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Social e Solidária (Canadá) 	Criação da rede com o objetivo de desenvolver respostas inovadoras para os problemas da internacionalização da economia e promover o intercâmbio entre países dos hemisférios Norte e Sul.
2001/2004	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Social Mundial 	Nas quatro edições do fórum, três delas realizadas em Porto Alegre e a última na Índia, os debates e intercâmbios de idéias e práticas em economia solidária foram paulatinamente crescendo e ganhando as principais atenções do evento.

2001	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁵⁶ 	Instituído durante o I Fórum Social Mundial (FSM) para articular o debate e as entidades interessadas no tema nacionalmente; representou as redes internacionais de economia solidária junto ao comitê internacional que promove as edições do FSM.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Global de Socioeconomia Solidárias 	Criação da rede, com a participação de 21 países, durante o I Fórum Social Mundial, objetivando integrar e divulgar a produção e comercialização locais e nacionais.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • I Plenária Brasileira de Economia Solidária 	Essa plenária discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com economia solidária e entidades de assessoria.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • III Fórum Social Mundial — Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém-empossado. • II Plenária Brasileira de Economia Solidária 	O presidente assume compromisso de fortalecer a economia solidária em seu governo através de uma secretaria.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional de Economia Solidária 	Instituída a secretaria no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a posse de Paul Singer, por sugestão dessa articulação nacional de economia solidária.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • III Plenária Brasileira de Economia Solidária • Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES (Brasília) • Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária 	Plenária Nacional de Economia Solidária convocada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária, precedida de plenárias regionais em 18 estados, constituiu, com 800 delegados de todo o país, o Fórum que passou a ser instância máxima de organização da sociedade nessa área. O fórum ficou composto por trabalhadores empreendedores da economia solidária, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo. A partir do crescimento das práticas de economia solidária nos governos — iniciadas no governo do Rio Grande do Sul (1999-2002) e na prefeitura de Porto Alegre (2000-2004) — desde 2002 iniciou-se uma articulação entre os gestores governamentais e em agosto de 2003 a rede de gestores de políticas públicas foi formalizada.

Fonte: BARBOSA, 2000, p. 231

ANEXO III

Quadro 3
Quadro Demonstrativo da Estrutura do FBES

Fórum Brasileiro de Economia Solidária	
Estrutura	Finalidade
1. Fóruns Estaduais	Instâncias locais responsáveis pela animação e organização da economia solidária na região e interlocução com o fórum nacional, compostos pelos empreendimentos de economia solidária, entidades de assessoria e gestores públicos.
2. Coordenação Nacional	Principal instância de decisão do FBES, composta pelos representantes das entidades e redes nacionais de fomento à economia solidária, três representantes por estado com fórum constituído ou em processo, sendo que dois são empreendimentos e um é assessor ou gestor público.
3. Conselho Interlocutor	Realizar a interlocução com a Senaes, formado pelas entidades e redes nacionais de fomento e um representante de empreendimento de cada estado.
4. Grupos de Trabalho	Constituídos conforme as demandas de ações do fórum e para o avanço da plataforma da economia solidária; atualmente comportam os grupos: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.
5. Secretaria Executiva	Suporte para encaminhamento dos trabalhos do fórum, em especial a comunicação entre as instâncias e a operacionalização de reuniões e eventos.

Fonte: Documentos do FBES. Disponível em www.fb.es.org.br. Acesso em maio 2007.

ANEXO IV

Quadro 5

Quadro Sintético da Estruturação da Senaes e suas Proposições para Economia Solidária

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL	
Concepção	Atividades econômicas — de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito — organizadas sob a forma de autogestão (propriedade coletiva do capital e participação democrática — “cada cabeça um voto”).
Programa	Economia Solidária em Desenvolvimento. ²²
Objetivos do Programa	Fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.
Objetivos Específicos para Implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e propor medidas para articulação de políticas de finanças solidárias; • Intervir na revisão da legislação de cooperativas e propor estatuto do empreendimento autogestionário; • Fortalecer os empreendimentos por meio do fomento material, articulação das cadeias produtivas e apoio ao consumo ético e ao comércio justo; • Estimular a produção de conhecimentos, sistema de avaliação e de informações sobre economia solidária; • Fortalecer os espaços de organização da sociedade civil e demais entes governamentais para formulação de políticas públicas para o setor.
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes de economia solidária, empreendimentos de economia solidária (cooperativas, empresas autogestionárias, associações e outros), agência de fomento da economia solidária, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social.
Estrutura da Senaes*	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Estudos e Divulgação. • Departamento de Fomento à Economia Solidária.
Linhas de Ação	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária. • Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária. • Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária. • Promoção do Consumo Ético. • Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias.

Fonte: BARBOSA, 2000, p. 231

ANEXO V

Quadro 8
Quadro Sintético das Ações da Senaes entre os Anos
de 2003/2004, por Atividade, Objetivo e Órgão

Atividade	Objetivo	Órgão
Participação no Fórum Nacional do Trabalho, na constituição e coordenação do GT Micro e Pequena Empresa, Autogestão e Economia.	Regulamentar as cooperativas de trabalho e as condições que permitam trazer à formalidade inúmeras empresas informais e tornar possível sua sobrevivência e desenvolvimento.	Ministério do Trabalho e Emprego.
Participação na Erradicação do Trabalho Escravo, com a responsabilidade de coordenar os esforços interministeriais.	Dar aos trabalhadores em risco de ser escravizados, oportunidades de auto-sustento mediante trabalho decente, nas localidades em que residem.	Ministério do Trabalho e Emprego.
Participação no Programa Primeiro Emprego.	Apoio à formação de associações e cooperativas de jovens, que se enquadram no Programa.	Ministério do Trabalho e Emprego.
Formulação de Projetos de Finanças Solidárias para Cooperativas e Associações e de Microcrédito assistido.	Combater a pobreza e reativar o crescimento nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • GT de Finanças Solidárias • Caixa Econômica Federal • Banco Popular do Brasil
Formulação de Políticas de Desenvolvimento Comunitário como instrumento de combate à pobreza.	Integrar ações estruturantes de desenvolvimento das diferentes comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> • Secom, MDA e MDS • Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal
Formação de Agentes de Etno-Desenvolvimento.	Desenvolver as comunidades quilombolas.	Seppir
Fomento de Cooperativas Sociais.	Reinserção social de ex-internados em manicômios e em outros grupos estigmatizados.	Ministério da Saúde. <i>col</i>
Programa de incubagem de cooperativas.	Reativar o Proninc.	Finep/MCT.
Formulação de Política Pública.	Estimular a economia solidária no setor de mineração.	Ministério das Minas e Energia.
Apoio a empresas falidas.	Recuperar empresas falidas pelos próprios trabalhadores.	BNDES.
Apoio Institucional ao FBES e a entidades envolvidas.	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e subsidiar o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. • Participar da Coordenação Nacional e do Conselho Interlocutor 	FBES.

Atividade	Objetivo	Órgão
Visitas aos estados da federação. Treinamento em economia solidária dos funcionários das DRTs.	Estruturar os Fóruns Estaduais de Economia Solidária e entrosamento com as DRTs.	<ul style="list-style-type: none"> • FBES • Fóruns estaduais • DRTs
Parceria com estados e municípios que integram a Rede de Gestores de economia solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar Centros públicos de Economia Solidária (19 convênios). • Formar rede de monitores mediante convênio com o governo do estado do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estados e Municípios.
Feiras de Economia Solidária.	Estimular a realização das feiras locais e regionais em 16 projetos de variados estados brasileiros.	Estados.
Termo de Cooperação para finanças solidárias.	Fortalecer o desenvolvimento da política de finanças solidárias a ser desenvolvida pela secretaria junto a esses bancos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BNDES.
Recebimento e análise de 107 projetos de solicitação de recursos.	Distribuir recursos da secretaria para 97 projetos.	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendimentos e entidades de assessoria.
Mapeamento da Economia Solidária	Criar o Sistema de Informações em Economia Solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • FBES e fóruns estaduais • DRTs

Fonte: Senaes, ago. 2004.

ANEXO VI

Quadro 9
Quadro de Distribuição dos Empreendimentos de
Economia Solidária por Unidades da Federação (UF)

Empreendimentos por UF			
UF	QUANT.	UF	QUANT.
RO	240	AC	403
AM	304	RR	73
PA	361	AP	103
TO	400	MA	567
PI	1.066	CE	1.249
RN	549	PB	446
PE	1.004	AL	205
SE	367	BA	1.096
MG	521	ES	259
RJ	723	SP	641
SP	641	PR	527
SC	431	RS	1.634
MS	234	MT	543
GO	667	DF	341
TOTAL 14.954			

Fonte: Sistema de Informações em Economia Solidária/Senaes. Disponível em: www.mte.gov.br

ANEXO VII**Quadro 10**

Quadro de Distribuição das Entidades de Apoio por Região Geográfica

REGIÃO	%
NORTE	11
NORDESTE	51
CENTRO-OESTE	7
SUDESTE	16
SUL	15
TOTAL	100

Fonte: Sistema de Informações em Economia Solidária/Senaes. Disponível em: www.mte.gov.br